

O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Aldacy Rachid Coutinho*

ABSTRACT - The impact of the global financial crisis (2008-2012) affects unlike Brazil and the EU countries, given the specific social, economic and political aspects. At the end of the '90s there have been projected in the future of the occidental society the adoption of the Brazilian model as a consequence of the neoliberal model, deregulation, precarization at work and rupture between the economic and social growth. Different responses to the crisis and public policies for social inclusion and profound economic reforms carried out in Brazil since the '90s, with more rigid systems of control of the financial system, show that Brazil is now less exposed to the crisis. The collapse would certainly result from the inertia of government, economic policies of low interest rates, fiscal tightening and the adoption of deregulation or not law enforcement which did not occur in Brazil.

Em 1999, na Alemanha, foi publicada uma obra de autoria de Ulrich Beck, intitulado *Schöne neue Arbeitswelt*, pela Campus Verlag, Frankfurt; a edição espanhola, publicada pela editora Paidós, no ano de 2000, recebeu o título *Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización*.¹ A tese: a consequência involuntária da utopia neoliberal do livre mercado é a brasileirização do ocidente. Adoção do modelo brasileiro antevista nos anos 1999/2000 significaria desregulamentação e flexibilização do trabalho em uma sociedade industrializada, isto é, transposição de trabalhadores dependentes com posto de trabalho duradouro para a instabilidade, precariedade, inseridos em uma sociedade de risco a que se transformou a sociedade de trabalho, transpasse pelo Estado e mercado do risco aos indivíduos, migração do modelo fordista para um emprego desestandardizado, plural e fragmentado, opacidade dos limites entre trabalho e não trabalho, incluído o desemprego, nos planos temporais e espaciais, não coincidência entre o crescimento econômico e o social, aumento dos contrastes e desigualdades culturais no seio da sociedade. O futuro Europeu era apresentado, negativamente, como a projeção inevitabilidade do modelo Brasil da economia, da sociedade e do mercado de trabalho.

Nos últimos anos a crise econômica se acirra na Europa, tendo a Grécia, Portugal ou Espanha como exemplos. Por outro lado, O Brasil desponta mundialmente, em meio a tal crise financeira mundial, como exemplo de um sólido desempenho da sua economia. O crescimento em 2010 foi da ordem de 7,5%, despontando, dizem, para se consolidar como uma potência mundial, para se tornar de oitava a quinta maior economia. Deve crescer na faixa de 4/5%. Como pode?

* Advogada. Procuradora do Estado do Paraná. Especialista em Antropologia filosófica, Mestre e Doutora em Direito, pela UFPR. Professora Associada na Universidade Federal do Paraná.

¹ BECK, Ulrich. *Un Nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona :Paidós, 2000. 270 p.

Poderíamos pensar que no Brasil se passou a adotar uma legislação infraconstitucional que, seguindo os parâmetros de uma Constituição dirigente e cidadã, aponta para a construção de uma sociedade de pleno emprego, para um modelo de relações de trabalho garantista, para a empregos com estabilidade. Definitivamente não. Nada ou quase nada foi alterado na legislação infraconstitucional que apontasse para tal modelo. Continuamos com a mesma Constituição Econômica e Social da República desde 1988 e com praticamente igual legislação infraconstitucional trabalhista, inclusive sem estabilidade nos empregos.

O que mudou, afinal? Certos padrões sociais e econômicos. Primeiramente tem-se que a **edição de programas sociais** ajudaram a incluir excluídos do mercado consumidor; dezenas de milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza, tornando o consumo interno uma alavanca para o crescimento econômico.

Cortes de gastos, redução de encargos tributários, tal como ocorre com a proposta de retirar encargos da tarifa da energia elétrica² para tornar mais competitiva a indústria e estimular investimentos, com **controle da inflação**, embora em patamares de quase 6% em 2010, assim como uma taxa de câmbio flutuante acompanharam o aumento do emprego. O boom econômico e altas taxas de juros atraíram fluxos de moeda estrangeira que têm impulsionado o valor da moeda (o real) por quase 40% desde o início de 2009. Brasil é tido como um dos três maiores receptores de investimentos estrangeiros no mundo, segundo estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O governo brasileiro aumentou as reservas em dólares e os controles de capital.

Apesar dessa aparente e espantosa atividade econômica, em 2011 o crescimento foi da ordem de 2,7%, em desempenho ruim até mesmo para a América do Sul (mas dentro dos padrões da ordem mundial), de acordo com relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que projetou uma expansão média de 3,7% para 2012. O resultado é a projeção macroeconômica decorrente do impacto da atual crise financeira na Europa, do menor ritmo de crescimento da China (freio) e a ainda baixa expansão da economia dos EUA, que refletem diferentemente em distintos países da região.

Por certo que o Brasil não está imune às crises financeiras internacionais, embora seu impacto venha sendo apenas relativo. É que o país enfrenta alguns problemas ainda não resolvidos, tais como a baixa produtividade e competitividade, deficiências de infraestrutura. No entanto, até

² No setor elétrico, quase metade da receita (45,08%) vem de encargos e tributes (12 impostos e 11 encargos setoriais (v.g. CCC - conta de consumo de combustível ou CDE – conta de desenvolvimento energético). Fonte: Instituto Acende Brasil, dados de 2008. Disponível em : http://www.acendebrasil.com.br/site/paginas/Impostos_Encargos.asp Acesso em 05 de julho de 2012.

novembro de 2008, os resultados do mercado de trabalho brasileiro eram extremamente positivos e os recordes de contratação formal reforçavam uma trajetória exuberante do emprego que o país mostrava desde 2003. Em dez anos (1998 a 2007) a taxa de crescimento do emprego foi de 56%. O mercado formal brasileiro contava, em 1998, com 24,5 milhões de empregos formais, passando a 28,7 milhões em 2002 e 37,6 milhões em 2007. Trabalho é essencialmente renda; tal realidade permitiu, para além das políticas públicas de erradicação da pobreza, um crescimento da massa salarial real já a partir de 2003, quando era aproximadamente R\$ 36 bilhões, passando a R\$ 52 bilhões em 2007.

O mercado de trabalho brasileiro demonstra que o crescimento salarial, que permite o consumo, um mecanismo eficiente para melhoria do desempenho econômico geral, para além da criação de postos de trabalho/emprego, apesar de uma certa flexibilidade contratual” inerente no mercado de trabalho. Para enfrentar a desaceleração da economia, a ação adotada para estimular a economia, pelos Bancos Centrais da zona do euro e pela China, é a redução da taxa de juros (de 1% para 0,75%, menor índice desde a instituição da União Européia); o Banco da Inglaterra também oferta moeda no mercado.

Há uma outra característica do mercado de trabalho brasileiro, anterior a crise, que continua presente e gera menor impacto social e econômico na crise, pois não há mudança, que é a precarização, aliada à alta rotatividade de trabalhadores: 62,82% dos trabalhadores sem carteira assinada, 31,85% dos trabalhadores autônomos e 17,47% dos empregados mudaram de posição em um período de apenas 12 meses (FGV). O brasileiro está acostumado com a continua mudança de empregos: entre 1998 e 2002, 54% das demissões foram de trabalhadores com menos de um ano de contrato, atingindo a 58% entre 2003 e 2007 e 60% em 2008. Ou seja, das 15,2 milhões de demissões de 2008, nada menos que 9 milhões atingiram contratos realizados havia menos de 12 meses. Temos ainda o fenómeno da externalização do trabalho, por meio da terceirização, ainda, fenómeno em crescente expansão no Brasil.

Mas, apesar da crise, em 2012 ainda predominam os aumentos salariais acima da inflação conquistados pelos trabalhadores. As negociações em tempos de crise são mais difíceis, mas os ganhos reais estão presentes. Das 147 negociações em todo Brasil em 2012, durante o primeiro semestre, 95,5% tiveram ganho real, superando em 5% o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O salário mínimo teve um aumento de 7,5%, com efeitos em outros pisos salariais. A Renault, por exemplo, em 2012 ficou um acordo coletivo para aumento de 3% real, além de R\$ 15.000,00 de Participação em Lucros e Resultados e um abono de R\$ 5.000,00 corrigido pela inflação. A Volvo também concedeu um reajuste de 3% e R\$ 25.000,00 de PLR. A renda dos trabalhadores tem ajudado a enfrentar a crise. E mantém a lógica do capitalismo.

Em momentos de crise do capitalismo, como vivemos atualmente no mundo, a exemplo do que ocorrera na crise financeira de 2008, os planos de ação apresentados pelos governos para estímulo fiscal, principalmente no âmbito de países desenvolvidos mais afetados pelo tremor econômico que abalou os alicerces de sustentação de seus ideais neoliberais, convocam a presença de um Estado que retoma o cenário, para baixar juros e incentivar o consumo. Seria uma perspectiva futura de que os bancos emprestariam mais, as empresas tomariam mais dinheiro emprestado e investiriam em capital produtivo e os consumidores comprariam mais. Só que não há uma lógica simplista no espaço dos agentes econômicos. É preciso, por exemplo, ter capacidade de endividamento, ter condição de cumprir com as obrigações decorrentes do empréstimo, ter impulso para consumir.

No Brasil, o crescimento da classe média, que em geral pouco poupa e tende a consumir, acarreta um efeito positivo no mercado. Além disso, a inclusão de novos consumidores aumenta a demanda por bens e serviços. A realidade do Brasil e da Europa é totalmente diversa, embora estejamos todos sujeitos aos impactos da crise econômica mundial. Na União Européia o momento de incertezas alimentam o medo de investir e endividar-se para gastar.

Aparentemente (e ilusoriamente), então, poderíamos concluir pela demonstração da falência do sistema capitalista e uma volta para alternativas socialistas, quase em tom de prognóstico: *"Today, it is all considerably less funny. We are all socialists now"*, prenunciou Simon Heffer, em sua coluna no jornal inglês *Daily Telegraph*,³ após o anúncio de um pacote de ajuda e semi-estatização de bancos pelo Primeiro-ministro Gordon Brown, visando garantir a incolumidade do mercado financeiro.

Em 1966, Milton Friedman escreveu uma carta, publicada na *Time Magazine* publicada em 4 de fevereiro, dizendo-se "keynesiano" (até ele!): *"Sir: You quote me [Dec. 31] as saying: "We are all Keynesians now." The quotation is correct, but taken out of context. As best I can recall it, the context was: "In one sense, we are all Keynesians now; in another, nobody is any longer a Keynesian." The second half is at least as important as the first. MILTON FRIEDMAN The University of Chicago.*⁴ Mais tarde, em 1971, Richard Nixon impôs salários (*wages*) e controle de preços e, em entrevista concedida a Howard K. Smith, da rede ABC, enunciou a seguinte frase: *"I am now a Keynesian"*.⁵

Imaginam alguns desavisados que até mesmo o capitalismo teria morrido! *Le roi est mort. Vive le roi!* Ou *le mort saisit le vif*... Se morreu, o que teria vindo, então, em seu lugar? Mais do mesmo?

³*"What we have seen in the past few days was indeed a crisis of capitalism. However, in terms of fighting to restore a normal system of finance and enterprise, the forces of liberty and anti-statism haven't even dared to come out of their corner yet. The ultimate reality of socialist economics is that - as we saw just before 1979 - it will probably require a crisis equal to the present one to dislodge this poisonous orthodoxy again."* HEFFER, Simon. *Financial crisis: We're all socialists now, comrade.* Daily Telegraph. 19 dez.2008. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/comment/columnists/simonheffer/3562694/Financial-crisis-Were-all-socialists-now-comrade.html> Acesso em: 10 out.2008.

⁴Time Magazine. 04 fev.1966. Disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,898916-2,00.html> Acesso em: 06 mai.2009.

⁵ Nixon Turns from Chile to Chicago. Time Magazine. 18jan.1971. Disponível em <http://www.time.com/time/printout/0,8816,942435,00.html> Acesso em: 06 mai.2009.

Não devemos alimentar ilusões. O capitalismo está vivo e se mantém nas suas estratégias. A China é um dos melhores exemplos de que não estamos presenciando o nascimento de um novo modelo econômico, senão o reforço das estruturas capitalistas.

Como indicou Richard Posner,⁶ a origem da crise advém da condescendência de alguns economistas e políticos a respeito da eficiência de um sistema de mercado e da crença exagerada na força dos mercados financeiros, que criaram a impressão que *“the current crisis is a crisis of capitalism rather than just another demonstration of the radical imperfection of human institutions -- including the market”*.⁷ Seria um reflexo, ou risco, da supremacia do capital financeiro sobre o produtivo. Os economistas sempre sustentaram que o funcionamento de uma econômica de mercado nunca fora “perfeito”, reforçando, em períodos de crise, que se trataria apenas de obter um marco novo regulatório, um controle mais eficiente por parte dos governos, principalmente nas contas públicas, políticas de austeridade, menos corrupção, menos custos para a produção. Os trabalhadores, então, são chamados a colaborar com mais produtividade, mais tempo de trabalho, menores ganhos, menos direitos, sendo o mercado de trabalho o alvo de embates em torno de reajustes necessários para garantir crescimento econômico.

Os mercados nada mais são do que espaços nos quais os agentes econômicos ou grupo de compradores e vendedores – inclusive trabalhadores e tomadores de trabalho – entabulam trocas, que continuam na centralidade da economia. Nesse sentido, é imprescindível anotar que a economia não é uma ciência pura, matemática; é uma ciência socialmente construída, tendo sido transformada em seu objeto, de ciência que estuda a produção e circulação de riquezas que visam assegurar o atendimento das necessidades vitais básicas, para a administração de recursos escassos, abandonando o homem e as suas necessidades como centralidade para acolher o mercado e sua volatilidade.

Assim, os economistas concebem uma sociedade na qual as pessoas interagem individualmente ou em coletividade, cooperando e pactuando em torno dos recursos escassos, tendo suas condutas pautadas pela eficiência - racionalidade econômica da eficiência – a partir de um cálculo custo/benefício com o escopo de maximizar (a satisfação), o bem estar comum (que se não dá pela média, mas pela soma da satisfação de todos), na mira de resultados alcançados em um mercado imperfeito que tende à otimização. Os homens não agem racional, mas irracionalmente, pautados pelo desejo de consumir, sendo eles o que nem sabem que são, produtos do inconsciente. E, ainda, que os mercados são pensados como realidades naturais imprescindíveis e “eficientes” enquanto competitivos. Ora, a possibilidade de um mercado perfeitamente competitivo é pura ilusão, ideologia.

⁶ Richard Posner é favorável ao pacote de ajustes que prevê a criação de 3 a 4 milhões de empregos (embora só em 2007 a perda foi da ordem de 3,6 milhões de postos de trabalho), US\$308.300 milhões em gastos fiscais, US\$ 267.000 milhões em ajudas sociais diretas, US\$ 212.000 milhões em cortes tributários, ampliação para 26/46 semanas de seguro-desemprego e entende que a depressão (e, não recessão) seria o resultado de uma falha do mercado e não de intromissões governamentais. Disponível em http://www.becker-posner-blog.com/archives/2008/10/has_the_market.html Acesso em: 04 maio.2009.

⁷ Disponível em http://www.becker-posner-blog.com/archives/2008/10/has_the_market.html. Acesso em: 02 mai.2009.

A concorrência vem almejada como grau de otimização, muito embora seja invocado, vez ou outra, o auxílio ou uma “mão” visível do Estado, diante do reconhecimento da sua imperfeição ou falibilidade. Porém, a imperfeição do mercado é a imperfeição dos homens. Os próprios economistas reconhecem que os mercados podem eventualmente se constituir em *oligopólios*, conjuntura da atualidade em sede de concentração e mundialização do capital, com pouca diversidade na oferta diante da redução de vendedores ou *monopolisticamente competitivo*, com muitos vendedores de bens pouco distintos, exemplares nesse aspecto os produtos de luxo.

Tem-se, na economia, não obstante, que os mercados seriam uma excelente forma de organizar as atividades econômicas e, sempre presente onde houve troca, sofre desde 1500 uma contínua expansão, tomado por uma tendência suposta ao equilíbrio. Como pensar em equilíbrio de demanda e oferta de emprego, se é pressuposto do capitalismo um exército de reserva? Ou se é inexorável um lumpen proletariado? Além do que também há no mercado a venda da força de trabalho, condição de sobrevivência e subsistência da classe trabalhadora. Agregue-se, por fim, no tocante ao mercado de trabalho, a impossibilidade de exercício da liberdade dos não-proprietários ou dos proprietários da força de trabalho que a vendem em proveito do capital, diante da perda da capacidade aquisitiva consequência do processo contínuo de desassalariamento, da escassez do trabalho, em decorrência de períodos de recessão e do desenvolvimento tecnológico (desemprego involuntário), além do enxugamento de benefícios sociais.

E os excluídos, e o não incluíveis (lixo humano), viverão do que, enquanto aguardam o mercado se equilibrar? Ou imagina-se que o empresário contratará mais e mais trabalhadores apenas porquanto o preço da força de trabalho está baixa (não se tem como certo que os preços são indicativos que orientam decisões econômicas e que há uma tendência a um preço de equilíbrio para evitar escassez ou excedentes?), se não há necessidade de mais fator de produção diante de uma economia em recessão? Verifica-se, pois, certo devaneio na construção e aceitação da lei da oferta e da procura, embora seja intocável a permanência de um sistema econômico de mercado concorrencial.

Seria por demasiado injusto e incoerente, além de simplista e redutor da complexidade, atribuir aos estudiosos da economia política, aos economistas em geral, as culpas dos sismos. Não; alguns bem que avisaram; muitos se fizeram de ouvidos moucos. A verdadeira crise econômica, da qual não se quer falar, seria uma crise instalada no seio da ciência econômica, porém na sua vertente *Economic*; indubitavelmente se afasta da “Economia Política”, que pressupõe uma atitude crítica, em abordagem interdisciplinar e envolve “*juízos morais ou políticos*”, porquanto se constitui como produto social, ciência social, voltada ao homem global (e não ao *homo oeconomicus*).⁸

É certo que os argumentos de justificação do seu objeto, como ente naturalizado, purista, amoral, regido por leis próprias (oferta e procura), determinista, absorto da história, da política,

⁸ AVELÃS NUNES, António José. Noção e objeto da economia política. Coimbra : Almedina, 1996, p.6 e 104.

da cultura e das ideologias, como anunciam alguns de seus porta-vozes, em certo tempo e espaço, encontram-se abalados. Menos mal. O pensamento econômico não pode se afastar do mundo real,⁹ não permite o encerramento em um compartimento estanque. Mas sobre isso não se quer ouvir; nem falar.

A ciência econômica desponta com o capitalismo (século XVII), enquanto específico modo de produção, no trânsito de uma transformação da sociedade feudal em burguesa. A burguesia, poupando parte do excedente, transforma-o em capital acumulado e, com vistas à produção, compra força de trabalho de quem nada mais tem (sujeitos livres e de direito, embora assujeitados na relação laboral) senão a capacidade laboral (mercadoria), por menos do que vale. Por meio do trabalho assalariado não pago, sobretrabalho, sobrejornada ou mais-valia, o capital (propriedade privada) se reproduz, justifica-se, legitima-se. O capitalista adquire os meios de produção (dentre os fatores, a força de trabalho objetificada) e desencadeia o processo produtivo visando o lucro. Mas o capital quer mais, na lógica efficientista da redução de custos – espaço privilegiado para o pensamento neoliberal único –, quer ganho sem produção, advindo do mercado financeiro, um *trade off*. A crise adveio, sobretudo, no seio de um capitalismo financeiro sem peias; o desemprego crescente, o trabalho como bem escasso em uma sociedade 20x80, desde muito resultou como crise perceptível do capital produtivo. Mas não gerou o caos, dela ninguém se alarmou, os mercados não entraram em síncope nervosa, as pessoas não se sentiram ameaçadas.

O enfrentamento real de uma crise no capitalismo demandaria, portanto, alterar o próprio sistema econômico, para além de meramente impor limites ao capital financeiro (o que não significa que se negue valor a tal postura).

O capitalismo, da sua parte, traduz-se na presença inafastável da propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e iniciativa da produção por empresas que visam obter lucro: “*como elemento fundamental, aparece certo tipo de relações sociais de produção, cuja expressão no plano jurídico é a apropriação dos meios de produção por uma classe (capitalista)[...]*”.¹⁰ Se, por um lado, é certo que o capitalismo concorrencial do final do séc. XIX não é o mesmo capitalismo monopolista de Estado dos nossos dias, como pondera Avelãs Nunes,¹¹ por outro lado, em ambas realidades econômicas, identifica-se a presença da diferença entre os que “podem viver sem trabalhar” e os que “têm que trabalhar para viver”,¹² isto é, as alterações não representam transformações qualitativas tais que se não possa concluir mais pela presença do capitalismo, mas um híbrido sistema.

⁹ “As realidades económicas, o processo económico em toda a sua complexidade, devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem. AVELÃS NUNES, António José. Noção e objeto da economia política. Coimbra : Almedina, 1996, p.103.

¹⁰ AVELÃS NUNES, António José. Os sistemas económicos. Coimbra: SASUC Universidade de Coimbra, 1994, p. 212.

¹¹ AVELÃS NUNES, António José. Uma introdução à economia política. São Paulo : Quartier Latin, 2007, p. 242.

¹² AVELÃS NUNES, António José. Os sistemas económicos. Coimbra: SASUC Universidade de Coimbra, 1994, p. 213.

Nas relações sociais de produção, no modelo capitalista, o regime do capital representa uma sociedade estratificada, na qual, segundo Robert Heilbroner,¹³ a acumulação de riqueza desempenha duas específicas funções, a saber, primeiramente, a realização do prestígio, com sua carga de necessidades e a expressão de poder; a essência do capitalismo, seguindo Karl Marx, é a sua dominação sobre o trabalho.

Na crise de 2008, após a falência do Banco de investimento Lehman Brothers, largado à própria sorte no mercado e, em face da hipótese da falência “técnica” da maior seguradora norte-americana, a AIG – American International Group, temeroso dos efeitos perversos e negativos para seu país e para o mundo, o governo estadunidense houve por bem destinar US\$ 85 bilhões para a empresa. Seguiram-se perdas por multi e transnacionais (v.g. Citigroup), concordatas (v.g. Chrysler LLC)¹⁴, bem como bancos e agências de crédito imobiliário foram estatizados (Fannie Mae e Freddie Mac, nos EUA). Na União Europeia, as crises da Grécia, o desemprego da Espanha, as vicissitudes financeiras/econômicas de Portugal, dentre outros, anunciam a emergência da adoção de pacotes fiscais de ajuda ao sistema financeiro.

Baseado na falsa crença de que os mercados, livres, tendem ‘naturalmente’ a um equilíbrio geral e que cada um, perseguindo seus próprios interesses, permitirá a obtenção do interesse geral, esses ‘fundamentalistas’ dominaram com suas concepções teóricas as ações econômicas, desregulamentando os mercados desde a década de 70 e injetando crédito fácil que culminou por levar a um endividamento crescente. O *super-boom* (expansão) dos anos 60 veio acompanhado de um Estado minimalista, em que o controle (pífio e ineficaz) era exercido prioritariamente pelo próprio mercado, por meio de avaliações de risco (agências de *rating*), avaliações de crédito de bônus (*bonds*), que se mostraram inimputáveis.

No cerne da crise financeira estiveram as instituições de crédito que concederam empréstimos hipotecários de alto risco (*subprime*), empurrando empresas (capital produtivo) para a bancarrota, gerando uma perda de confiança no sistema financeiro e impactante falta de liquidez bancária. E ninguém foi capaz de predizer ‘cientificamente’ a crise, apesar dos *Economics* se apresentarem como ciência exata, matemática, autônoma, desprendidos de qualquer aporte ideológico, político, uma ordem natural explicativa, quase uma técnica.

Todas as vezes em que crises se instalaram no capitalismo, o Estado intervém para salvar o sistema econômico. E nunca a autorregulação ou a regulação externa de um mercado comandado por uma “ordem natural” agiu para evitá-lo ou para apresentar a solução para a saída da crise.

O que se busca nesse momento de crise financeira: mais Estado. Para corrigir as distorções do mercado, de sorte a mantê-lo liberto, salvaguardando o capitalismo concorrencial. E

¹³ HEILBRONER, Robert. *Naturaleza y lógica del capitalismo*. Buenos Aires : Siglo XXI, 1989, p. 47.

¹⁴ Pedido de concordata protocolado em 30 abr.2009. Dívida contraída de US\$ 6,9 bilhões.

alguém ainda imagina que se trataria, desta forma, de uma volta ao socialismo? Aqui cabe como uma luva a crítica de Avelãs Nunes à concepção errônea de Tinbergen, para quem os Estados não seriam mais “capitalistas” no sentido puro do termo, tendo em vista a participação do setor público na economia, assim como nos países do Leste europeu não se estaria mais diante de sociedades “socialistas”, dadas as tendências de descentralização.

Talvez seja o pensamento único de neoliberais,¹⁵ acolhido a partir dos anos 70 que sofreu um duro golpe. Pensa um projeto de sociedade em que o Estado se abstenha de controlar qualquer atividade econômica para evitar concentração de poder e, assim, somente assegure a disseminação da propriedade privada e a riqueza das pessoas, não mais merece a fidedignidade absoluta de outrora. Continuamos com um projeto de capitalismo concorrencial, de mercado, sustentado nos pilares da propriedade privada e livre iniciativa, com o escopo de lucro a partir da exploração da classe trabalhadora. Por ora não será tão fácil propor a “*morte da política econômica*”¹⁶ sob justificativa que seria desnecessária ou perniciosa, ou a absoluta separação Estado/economia própria do Estado mínimo que se fez substituir, na função reguladora, pelas agências. A tese regulatória pelas agências comprovou-se ineficiente, mesmo diante das falhas do mercado, ou para garantir obrigações de serviço público, ou proteger consumidores e reduzir/evitar custos sociais.¹⁷

O Estado que se buscou em substituição ao Estado mínimo neoliberal, agora, em meio a crise, não foi o Estado-regulador, da década de 80. Nem se pretende um Estado-providência, no sentido de que venha a responder com sua intervenção em proveito de melhor distribuição da riqueza e do rendimento, no estabelecimento de direitos sociais fundamentais aos trabalhadores, buscando assegurar mais justiça social ou igualdade entre as pessoas. Não se trata, por conseguinte, da proposta de uma “*equação keynesiana*” para “*conciliar o progresso social e a eficácia econômica*”.¹⁸ Tampouco se invoca o Estado Social como expressão da *responsabilidade social coletiva*, acima das classes e dos conflitos sociais na busca da paz social e vida digna, oferecendo a todos iguais oportunidades de acesso ao bem-estar e participação democrática no poder social.¹⁹

Se fossemos todos keynesianos, estaríamos em busca da correção dos vícios das economias capitalistas: desemprego involuntário e iniquidade na distribuição da riqueza. Não, não somos socialistas, pois permanece intocável o sistema capitalista. Não, não somos keynesianos, pois não pretendemos corrigir todos os desvios do capitalismo, mas somente almejamos um ajuste do mercado; mesmo porque embora seja uma sociedade de consumo, não mais tem como padrão *just-in-case*, mas o *just-in-time*.

¹⁵ Sobre o neoliberalismo, v. AVELÃS NUNES, António José. Neoliberalismo e direitos humanos. Rio de Janeiro : Renovar, 2003, 140 p.

¹⁶ AVELÃS NUNES, António José. Aventuras e desventuras do estado social. Coimbra : s.e, 2007, p. 84.

¹⁷ AVELÃS NUNES, António José. Aventuras e desventuras do estado social. Coimbra : s.e, 2007, p. 92.

¹⁸ AVELÃS NUNES, António José. Aventuras e desventuras do estado social. Coimbra : s.e, 2007, p. 41.

¹⁹ AVELÃS NUNES, António José. Aventuras e desventuras do estado social. Coimbra : s.e, 2007, p. 12-13.

Continuamos a negar o desemprego involuntário, a desconsiderar que o mercado de trabalho sem entraves não tende a um grau de otimização pela baixa dos níveis salariais a ponto de se tornar “rentável” contratar mais trabalhadores; é ilimitada a ganância pelo lucro e a condição análoga a de escravo convive com o capitalismo selvagem e, outrossim, a ninguém é dada a faculdade de opção entre reduzir salário ou perder o emprego. A racionalidade econômica efficientista que prepondera é ainda a neoliberal da lógica da redução de custos; não recuperamos a fidedignidade total no Estado, salvo quando o custo social é grande precisamos defender o capital financeiro, pois a ordem natural do mercado já não dá conta. Não é tão simples assim estabelecer outro cambio epistemológico.²⁰ O fim do livre jogo do mercado no capitalismo financeiro ainda não desvelou o mito da “soberania do consumidor” ou a “*desigualdade natural*”.

No jogo do mercado, ainda temos muito o que fazer. Quando se pensa em pleno emprego, no modelo keynesiano, não se está a rejeitar a ideia de que exista desemprego, mas sim que a capacidade de produção da economia seria suficiente para absorver a massa de trabalhadores da população economicamente ativa. O Brasil, embora constitucionalmente estabeleça tal compromisso, isto é, com um mercado de trabalho estruturado, todos assalariados, ainda não se tornou efetivo. Ainda convivemos com trabalhadores na informalidade, sem que a legislação infraconstitucional seja observada.

Ocorre que agora, diante da crise financeira mundial, a Constituição social, econômica e jurídica se coloca à prova. A emergência de respostas rápidas e eficazes diante da crise leva a que se possa pensar que uma mudança legislativa poderia, *de per se*, ser a imediata solução para os problemas. Mas a situação é muito mais complexa; as questões econômicas são de ordem multifacetária.

Nesse momento qualquer proposta de modificação da legislação infraconstitucional vem para fragilizar os direitos e garantias dos trabalhadores. Não precisamos de mais leis. Precisamos de mais Estado, presente, regulador e fiscalizador; mais controle sobre os agentes econômicos; mais garantias de implementação de um princípio ético de que ainda teremos humanidade. Certo. Mas precisamos principalmente de mais capital produtivo e menos financeiro; precisamos de menos ganância por parte dos agentes econômicos. Precisamos de uma economia mais solidária.

Nunca é demais se lembrar do passado para, tomando conhecimento dos erros cometidos, evitar sua repetição. John Kenneth Galbraith, em sua obra *1929 : A Grande Crise*²¹, apontou para a suscetibilidade à propensão especulativa, à convicção que tem as pessoas de que podem se beneficiar por recompensas ilimitadas. E, acrescenta, que um governo não pode abrir mão de empreender medidas de prevenção e controle para evitar colapsos econômicos. Da mesma forma que

²⁰ MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson. Jurisdição, psicanálise e o mundo neoliberal. In: Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar. MARQUES NETO, A.R. et al. Curitiba : Edibej, 1996. p. 41-77.

²¹ GALBRAITH, John Kenneth. 1929 : a grande crise. São Paulo : Larousse do Brasil, 2010. 189 p.

ocorreu em 1929, seu filho James K. Galbraith lembrou na introdução que agregou à obra que também em 2004 o FBI advertiu publicamente sobre uma epidemia de fraudes hipotecárias” e o governo nada fez. Centenas de razões o levaram a inércia. Além da inércia, havia também baixos juros, desregulamentação e sinais evidentes de que as leis não seriam aplicadas. E, acrescenta, “tudo ainda pode dar errado”.

Se um dia se disse sobre a Europa que seria a brasileirização do Ocidente, tomara que seja para apostar em um futuro mais promissor. Para nós, brasileiros e para o mundo.